



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e nove (28.10.2009), às nove horas (9h), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 43ª (quadragésima terceira) Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho e Cesar Augusto Margarido Zaratini. Constatou-se, ainda, as presenças do Sr. Alan Furtado Silva, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Wesley Mauler Costa Castro, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP, do Sr. José Maria Teixeira, Diretor-Geral, da Sra. Neuza Faustino Inácio de Oliveira, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, da Sra. Edilma Dias Negreiros, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, do Sr. Joaquim Pinheiro Queiroz Neto, Chefe do Departamento Financeiro, do Sr. José Batista de Lima Filho, Chefe do Departamento de Controle Interno, do Sr. Jair Kennedy Félix Monteiro, Encarregado de Área de Compras, do Sr. Francisco das Chagas dos Santos, Assessor Técnico do Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamentos e Registro Funcional, e dos Srs. Uiliton da Silva Borges, João da Silva Macedo e João Ricardo de Araújo Silva, Analistas Ministeriais Especializados. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente, invocando a bênção de Deus, declarou aberta a sessão, convocada para a **Apresentação da Proposta Orçamentária para o ano de 2010**. De início, o Dr. Clenan Renaut prestou alguns esclarecimentos, a saber: 1) a proposta orçamentária é fruto de um trabalho muito intenso, visto que a instituição recebeu o índice de repasse praticamente idêntico ao do ano passado, mas a folha de pagamentos sofreu um reajuste enorme; 2) no entanto, foi realizada, com sucesso, uma ação conjunta com o Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas, conseguindo um aumento da previsão de receita do Estado, o que contribuiu para a elevação do

orçamento da instituição; 3) no segundo semestre de 2009, com a redução da arrecadação estadual, houve um impacto negativo no orçamento da instituição, de quinze por cento (15%), ocasionando *déficit* na folha de pagamentos, porém providências já estão sendo tomadas para que não haja problemas no fechamento do exercício fiscal; 4) a proposta orçamentária não contempla o pagamento da diferença de Unidade Real de Valor – URV para os servidores, vez que o mesmo depende do desfecho na ação judicial que foi ajuizada em 2008, e que, havendo decisão favorável, a Administração encontrará subsídios para o seu cumprimento, assim como já ocorre com os membros da instituição, que recebem a URV através de cota extra-orçamentária; e 5) serão nomeados, no ano vindouro, um médico, um fisioterapeuta, um dentista e uma enfermeira, para que o servidor tenha um serviço de saúde digno dentro da instituição. Em seguida, deu-se início à apresentação da proposta orçamentária, através da **revisão do Plano Plurianual do período de 2008 a 2011**. Com a palavra, a Sra. Neuza Faustino Inácio de Oliveira, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão fez explicações a respeito, com complementações do Presidente e também do Sr. José Maria Teixeira, Diretor-Geral. Encerrada a apresentação e colocada em votação, a proposta orçamentária para o ano vindouro restou aprovada à unanimidade. Logo após, o Sr. Alan Furtado Silva, Presidente da ASAMP, fez uso da palavra, agradecendo a atenção que a chefia da instituição tem dado à valorização dos servidores. Após, fez menção ao protocolo recente de expediente, em que solicita esclarecimentos acerca do estudo visando o aumento da gratificação das funções comissionadas (FC), no mesmo patamar conferido aos servidores efetivos e comissionados da instituição. Agradeceu, ainda, os esforços envidados pela Administração, para inclusão na proposta orçamentária, do aumento do auxílio-alimentação, ao valor de um (1) salário mínimo, bem como da produtividade, para o patamar de vinte e cinco por cento (25%), que, segundo seu entendimento, necessita de critérios bem definidos, como forma de motivar o servidor que realmente mereça ser contemplado. Por fim, ressaltou que acredita na palavra do Procurador-Geral e, portanto, vai em busca da manifestação judicial para viabilizar o pagamento da URV aos servidores. Ato contínuo, o Presidente

informou que, com relação ao aumento da gratificação das funções comissionadas, já acionou a assessoria jurídica para que tal pleito seja atendido no ano vindouro. Já, com relação aos critérios para o pagamento da produtividade, destacou que se faz necessário um controle mais efetivo da frequência dos servidores e, ainda, que existe uma comissão designada para a realização de estudos nesse sentido. Por fim, o Dr. Ricardo Vicente da Silva requereu que se constasse em ata o seu elogio e apoio ao trabalho que vem sendo feito pela Defensoria Pública, bem como o aval para que os defensores alcancem vencimentos mais dignos e compatíveis. Consignou, também, que os membros do Ministério Público precisam mostrar trabalho efetivo e comparecimento, servindo como exemplo aos servidores, principalmente com relação à assiduidade. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às onze horas (11h), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Angélica Barbosa da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antônio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires